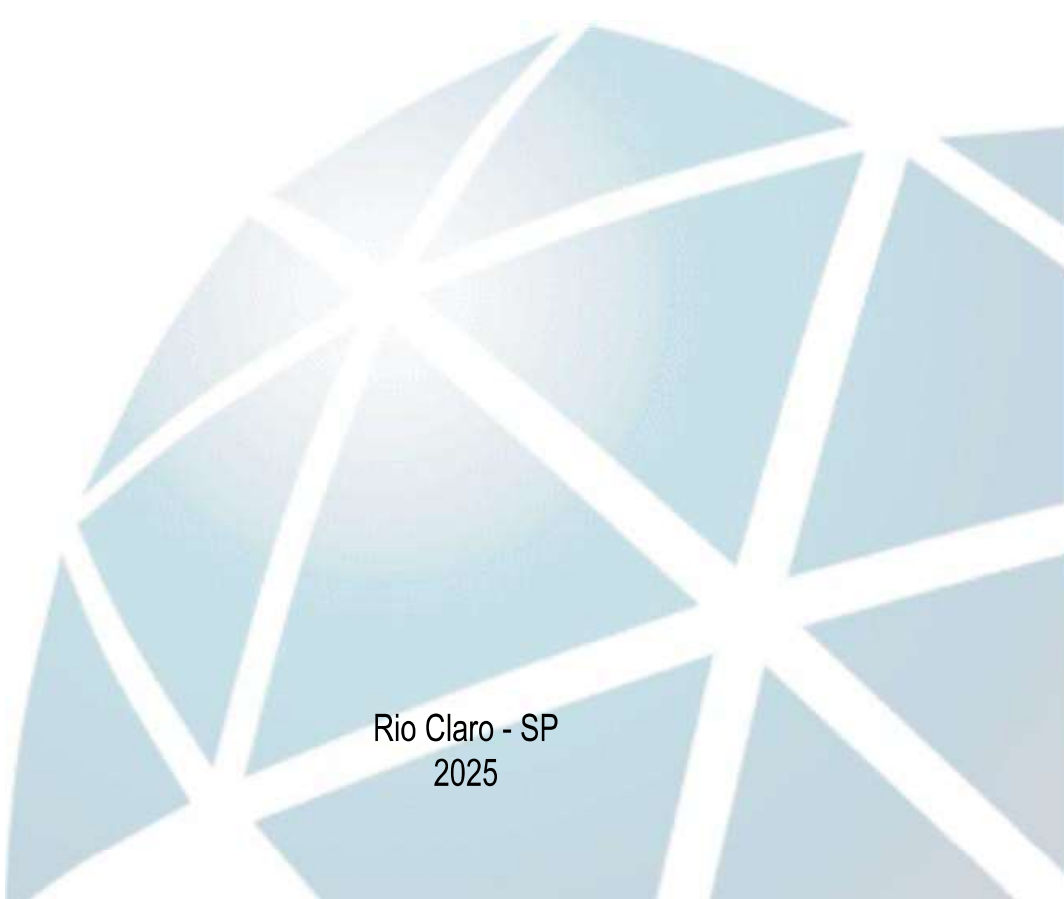

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VITÓRIA ASSALIM DE BARROS

**O IMPACTO DO CONSUMO DE DROGAS
ILÍCITAS POR ESTUDANTES DO ENSINO
FUNDAMENTAL II**



Rio Claro - SP
2025

VITÓRIA ASSALIM DE BARROS

O IMPACTO DO CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS POR ESTUDANTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL II

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Caires Correia

RIO CLARO - SP

2025

D286i	de Barros, Vitória Assalim O impacto do consumo de drogas ilícitas por estudantes do ensino fundamental II / Vitória Assalim de Barros. -- Rio Claro, 2025 38 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientador: Fábio Caires Correia 1. Baixo rendimento escolar. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

VITÓRIA ASSALIM DE BARROS

O IMPACTO DO CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS POR ESTUDANTES DO
ENSINO FUNDAMENTAL II

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de licenciada em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Caires Correia

Prof. Dra. Maria Eliza Nogueira Oliveira

Prof. Dr. Oneide Perius

Aprovado em: 05 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente
 VITORIA ASSALIM DE BARROS
Data: 11/07/2025 15:44:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do discente

Documento assinado digitalmente
 FABIO CAIRES CORREIA
Data: 12/07/2025 15:56:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) orientador(a)

*Fortaleceu-me na dúvida, inspirou-me no percurso e celebrou-me no final: a minha grande travessia,
Rod.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a instituição de ensino Unesp campus Rio Claro por ter me proporcionado ao longo desses anos conhecimento acadêmico e emocional, profissional e pessoal.

Ao meu orientador Fábio por ter entrado junto comigo nessa pesquisa e me dar todo o apoio necessário desde o primeiro dia; aos meus amigos que estiveram nesta jornada, em especial a Camila e a Ana Clara, elas foram o conforto em meio ao caos; a minha família pelo suporte necessário, em especial ao meu irmão Pedro por cada visita; ao meu companheiro Rodolfo e a mim por nunca desistir dos meus objetivos.

Celebro a universidade pública, gratuita e de qualidade!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o impacto do consumo de drogas ilícitas no desempenho escolar de estudantes do Ensino Fundamental II, com foco nas substâncias mais consumidas, nos fatores de risco associados e no papel das políticas públicas na prevenção. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, com base em livros, artigos científicos e documentos oficiais.

Os resultados apontam que o uso de drogas nessa faixa etária está relacionado a dificuldades cognitivas, desmotivação, evasão escolar e problemas emocionais. Além disso, fatores individuais, familiares, sociais e escolares influenciam diretamente o envolvimento dos adolescentes com substâncias psicoativas.

A escola se destaca como um espaço estratégico para ações preventivas, desde que conte com suporte adequado, profissionais capacitados e programas contínuos. O estudo conclui que uma abordagem integrada entre escola, família e comunidade é fundamental para o enfrentamento desse problema social e educacional.

Palavras-chave: drogas; ensino fundamental 2; ilícito; impacto acadêmico

ABSTRACT

This study aims to investigate the impact of illicit drug use on the academic performance of students in lower secondary education (Ensino Fundamental II), focusing on the most commonly used substances, associated risk factors, and the role of public policies in prevention efforts.

The research was conducted through a comprehensive literature review based on books, scientific articles, and official documents. The findings indicate that drug use at this age is linked to cognitive difficulties, lack of motivation, school dropout, and emotional problems. Furthermore, individual, family, social, and school-related factors directly influence adolescents' involvement with psychoactive substances.

The school environment stands out as a strategic space for preventive actions, provided it has adequate support, trained professionals, and continuous programs. The study concludes that an integrated approach involving school, family, and community is essential to addressing this social and educational issue.

Keywords: drugs; lower secondary education; illicit ; academic performance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. IMPACTO DO USO DE DROGAS NO DESEMPENHO ESCOLAR	10
2.1 COMPROMETIMENTO COGNITIVO E APRENDIZADO	11
2.2 IMPACTOS NO COMPORTAMENTO ESCOLAR E NA EVASÃO	14
2.3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E APOIO PSICOSSOCIAL	16
3. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO CONSUMO DE DROGAS	18
3.1 FATORES INDIVIDUAIS	18
3.2 FATORES FAMILIARES	19
3.3 FATORES SOCIAIS	20
3.4 FATORES ESCOLARES	21
4. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO	22
5. PRINCIPAIS DROGAS CONSUMIDAS POR ADOLESCENTES: PREVALÊNCIA E TENDÊNCIAS	25
6. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS	28
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. INTRODUÇÃO

O uso de drogas ilícitas é um fenômeno social de grande importância que afeta muitos aspectos da sociedade e tem consequências significativas dentro do quadro social, econômico e educacional. Entre os grupos mais vulneráveis a essa questão, os adolescentes em idade escolar se destacam como altamente propensos a se engajar no uso de substâncias psicoativas, particularmente no início da adolescência. Nesse estágio, há mudanças físicas, emocionais e cognitivas notáveis que podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos de risco, como o uso de drogas. Nesse contexto, o nível II do ensino fundamental (6ª a 9ª série) é considerado um período crucial de desenvolvimento, onde as experiências de vida podem ter um papel muito impactante nas perspectivas educacionais e sociais dos alunos.

São temas cada vez mais relevantes para educadores e especialistas em saúde. Pesquisas como a de Cardoso e Malbergier (2014) mostram que, para a maioria dos adolescentes, o uso de drogas é, efetivamente, um indicador de dificuldades como baixa atitude educacional, aumento da evasão escolar e outros problemas de aprendizado. O impacto das drogas na escola, que é um espaço de educação formal e social, é ainda maior, pois nesta fase é fundamental que se trabalhe a formação de valores e atitudes. De outra parte, Araújo e Lima (2016) supõem que, em função de sua metodologia e da efetividade das suas medidas de prevenção, a escola pode agir como um determinante da exposição ao uso de drogas ou, ao contrário, como um agente de proteção.

Lamentavelmente, este tema ainda é pouco abordado nos debates acadêmicos, principalmente em relação aos alunos do ensino fundamental II. Silva (2016) alerta que a maioria da literatura sobre prevenção e intervenção escolar no uso de drogas está direcionada ao ensino médio, criando lacunas em relação aos mais jovens. Essa falta de informação específica torna evidente a urgência de um estudo mais detalhado sobre os alunos dessa faixa etária, a fim de entender melhor os fatores de risco e as consequências do uso de drogas. Freitas e Oliveira (2020) destacam que a constatação deve ser feita levando-se em conta os desafios acadêmicos e o conjunto de relações que compõe a vida social, ao passo que o incorporamento precoce de drogas pode colocar em risco o desenvolvimento social e

emocional do adolescente, com efeitos adversos em sua socialização e inserção profissional futura.

Diante deste cenário, o objetivo desta pesquisa é estudar o uso de drogas entre estudantes matriculados em etapas subsequentes da educação primária, prestando atenção às substâncias mais consumidas, fatores de risco associados, impactos deste comportamento no desempenho acadêmico e como as políticas públicas apoiam essa questão. Para esse fim, será realizada uma extensa revisão bibliográfica onde estudos e pesquisas anteriores sobre o tema serão abordados. Estes incluirão livros, artigos acadêmicos, teses e relatórios governamentais, que garantirão uma análise crítica e objetiva suficiente e atualizada. De acordo com Grom (2020), compreender a amplitude do problema ajuda a formular políticas públicas eficazes destinadas a reduzir o impacto negativo do uso de drogas na vida escolar dos adolescentes.

Atendendo as expectativas com relação ao uso de drogas e o desempenho escolar, bem como as lacunas existenciais em tais literaturas, esta pesquisa espera sanar a questão problemática em torno do uso de drogas no ambiente escolar, a investigação busca elucidar questões que irão auxiliar educadores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas no combate ao uso de drogas por adolescentes e assim, proporcionar um ambiente escolar que favoreça ao aprendizado. Faz-se necessário também, estimular a discussão que propicie uma abordagem que una a escola, a família e a comunidade visando o enfrentamento desse fenômeno social e educacional de forma robusta.

2. IMPACTO DO USO DE DROGAS NO DESEMPENHO ESCOLAR

O uso de drogas ilícitas entre os adolescentes é um assunto amplamente discutido nos setores de saúde pública e educação devido à sua relação direta com o desenvolvimento social e acadêmico. Drogas psicoativas, como álcool, maconha, cocaína, entre outras, têm a capacidade de alterar as funções cognitivas e emocionais, o que afeta diretamente o desempenho acadêmico e as relações sociais do indivíduo dentro do ambiente escolar. O impacto de tais substâncias no desempenho acadêmico pode ser analisado a partir de múltiplas abordagens teóricas, abrangendo tudo, desde a neuropsicologia até a psicologia educacional.

2.1 COMPROMETIMENTO COGNITIVO E APRENDIZADO

Diversos estudos neuropsicológicos indicam que o uso de substâncias psicoativas afeta negativamente funções cognitivas essenciais para a aprendizagem, como memória de curto e longo prazo, atenção sustentada e capacidade de resolução de problemas. A teoria da "função executiva" (Diamond, 2013) postula que as funções cognitivas superiores são responsáveis por processos como planejamento, controle inibitório e raciocínio abstrato. Essas funções são diretamente afetadas pelo consumo de drogas, o que implica que o estudante pode ter dificuldades para organizar seu pensamento, seguir instruções complexas e reter informações adquiridas em sala de aula.

Por exemplo, estudos como o de Bechara (2005) sugerem que o uso de substâncias psicoativas interfere na capacidade de tomar decisões racionais e de avaliar riscos, o que pode resultar em escolhas acadêmicas prejudiciais, como negligenciar os estudos em favor do uso da substância. Assim, o consumo de drogas dificulta a formação de conexões cognitivas que são cruciais para o aprendizado eficaz.

Além disso, o comprometimento da memória e da atenção pode resultar em uma menor capacidade de acompanhar o conteúdo das aulas e realizar tarefas de forma eficiente. A literatura pedagógica, como o estudo de Karpov (2010), aponta que a retenção de conhecimento é diretamente impactada pela diminuição da capacidade de atenção e concentração, habilidades essenciais para o sucesso acadêmico, especialmente nas séries finais do Ensino Fundamental, onde as exigências cognitivas aumentam significativamente.

O impacto do uso de drogas ilícitas no desempenho acadêmico de adolescentes é um fenômeno complexo que envolve diversas áreas da neurociência, psicologia e pedagogia, sendo amplamente estudado por suas repercussões nas funções cognitivas essenciais para o aprendizado. A compreensão dos efeitos dessas substâncias sobre a cognição é crucial para entender como o consumo pode prejudicar a aprendizagem e o desenvolvimento escolar dos jovens. Em termos neuropsicológicos, a literatura revela que o uso de substâncias psicoativas está

diretamente relacionado ao comprometimento das funções executivas, memória, atenção e raciocínio abstrato, habilidades fundamentais para o sucesso acadêmico.

A teoria das funções executivas, proposta por Diamond (2013), é uma das mais relevantes para entender os efeitos do uso de drogas no funcionamento cognitivo dos adolescentes. As funções executivas envolvem uma série de processos mentais responsáveis pela organização, regulação e controle do comportamento, e incluem a tomada de decisões, controle inibitório, planejamento e raciocínio abstrato. Essas funções são cruciais para o desenvolvimento acadêmico, uma vez que permitem ao aluno organizar seu pensamento, tomar decisões com base em raciocínios lógicos, concentrar-se em atividades por períodos prolongados e manter-se focado em objetivos de longo prazo, como o sucesso escolar. Contudo, a utilização de substâncias psicoativas interfere diretamente nessas funções, resultando em dificuldades de organização mental, falta de autocontrole e comprometimento no desempenho acadêmico.

O comprometimento da memória é outro aspecto crítico que afeta a aprendizagem de alunos que consomem drogas. A memória de trabalho, que permite o armazenamento temporário de informações para a execução de tarefas cognitivas complexas, e a memória de longo prazo, responsável pela retenção e recuperação de informações adquiridas ao longo do tempo, estão amplamente prejudicadas pelo uso de substâncias como álcool, maconha e cocaína. Esses efeitos são bem documentados por Bava e Tapert (2010), que destacam como o consumo de substâncias pode diminuir a capacidade do cérebro de consolidar e reter informações, prejudicando, assim, a aquisição de novos conhecimentos e a capacidade de recordar o que foi aprendido anteriormente.

A atenção sustentada, que é a habilidade de manter o foco em uma tarefa por um período prolongado, também é afetada pelo uso de drogas. Estudos de Zhang e col. (2016) sugerem que substâncias como a maconha podem comprometer significativamente a atenção, resultando em dificuldades para o aluno se concentrar nas aulas ou em atividades de leitura e escrita. A diminuição da capacidade de atenção está diretamente relacionada à dificuldade de acompanhar o ritmo das aulas, realizar tarefas de forma eficiente e absorver conteúdo relevante para o aprendizado.

Isso é particularmente preocupante no contexto do Ensino Fundamental II, quando as exigências cognitivas aumentam consideravelmente, com atividades que demandam maior concentração e raciocínio lógico.

Além disso, o comprometimento das funções cognitivas essenciais para o aprendizado impacta diretamente o desenvolvimento do raciocínio abstrato, que é a capacidade de compreender conceitos complexos e resolver problemas que exigem análise e reflexão. O raciocínio lógico e matemático é particularmente afetado, uma vez que esses processos exigem habilidades de planejamento, memória e resolução de problemas. Bechara (2005) argumenta que o uso de drogas prejudica a capacidade do indivíduo de tomar decisões racionais, de avaliar riscos e de formular planos adequados, o que interfere diretamente na sua capacidade de resolver problemas acadêmicos.

A teoria de Vygotsky (1998) também pode ser aplicada para entender como o uso de substâncias psicoativas interfere no processo de aprendizagem. Vygotsky destaca a importância da interação social e da mediação de conhecimentos no desenvolvimento cognitivo. No contexto escolar, isso implica que o aprendizado não acontece de forma isolada, mas sim por meio da interação com outros alunos e professores. Quando o aluno faz uso de substâncias psicoativas, ele tende a se distanciar desses processos interativos, tornando-se menos engajado nas atividades sociais e educacionais. Esse afastamento pode ser um fator de risco adicional para o desempenho acadêmico, visto que o aluno perde a oportunidade de se beneficiar do apoio social e pedagógico oferecido pela escola.

O consumo de substâncias psicoativas também pode levar a um ciclo vicioso de desmotivação acadêmica. A teoria da motivação de Deci e Ryan (2000), que discute a motivação intrínseca e extrínseca, oferece uma explicação para esse fenômeno. A motivação intrínseca, que é aquela que surge do próprio prazer e satisfação de aprender, tende a ser prejudicada quando o adolescente começa a buscar gratificação imediata através do consumo de substâncias. Essa busca por recompensas imediatas interfere no processo de aprendizagem, pois o estudante começa a desvalorizar os objetivos a longo prazo, como o sucesso acadêmico. Isso pode resultar em uma fuga do ambiente escolar, com o aluno abandonando as

atividades de estudo em favor de comportamentos que proporcionam prazer imediato, como o uso de drogas.

Os efeitos do consumo de substâncias no desempenho acadêmico podem se refletir em dificuldades tanto em atividades de leitura quanto na produção escrita. O uso de drogas pode prejudicar a capacidade do estudante de compreender textos complexos ou de expressar suas ideias de forma clara e coerente, como sugere Sullivan (2018). O comprometimento cognitivo interfere na capacidade do aluno de organizar suas ideias, realizar raciocínios lógicos e produzir respostas acadêmicas consistentes.

Portanto, os efeitos do uso de substâncias psicoativas nas funções cognitivas essenciais para o aprendizado são profundos e multidimensionais, afetando a memória, a atenção, o raciocínio e a capacidade de tomada de decisão. O impacto desses fatores cognitivos no desempenho acadêmico é significativo, especialmente no Ensino Fundamental II, uma fase em que os estudantes estão desenvolvendo habilidades fundamentais para a continuidade de sua trajetória educacional. O comprometimento dessas funções exige uma intervenção pedagógica mais eficaz, com estratégias que possam apoiar esses alunos no processo de recuperação cognitiva e no aprimoramento das competências necessárias para o sucesso acadêmico.

2.2 IMPACTOS NO COMPORTAMENTO ESCOLAR E NA EVASÃO

O consumo de substâncias psicoativas entre estudantes afeta significativamente o comportamento escolar, gerando alterações comportamentais que podem comprometer o ambiente de aprendizado. Entre os principais comportamentos observados, estão a agressividade, apatia, desatenção e retração social. Esses comportamentos podem ter um efeito devastador sobre a dinâmica da sala de aula, criando um ambiente mais conflituoso, em que os alunos com dificuldades comportamentais, muitas vezes, tornam-se uma distração para os outros e para o próprio docente. Além disso, o aluno que demonstra comportamento disruptivo ou que se isola emocionalmente tende a enfrentar desafios maiores não apenas no relacionamento com seus colegas, mas também na interação com os educadores. Isso pode resultar em uma maior dificuldade em seguir as orientações

dos professores, colaborar nas atividades coletivas e engajar-se com os conteúdos propostos. Esses aspectos afetam diretamente o clima escolar e o processo de ensino-aprendizagem, dificultando a formação de um ambiente educacional positivo e produtivo.

A teoria do comportamento desajustado de Skinner (1974) pode ser útil para entender esse fenômeno. Skinner postula que comportamentos inadequados, como os observados em estudantes que fazem uso de drogas, são reforçados por consequências que muitas vezes não são adequadas para a mudança do comportamento. Quando esses alunos não recebem o apoio necessário para lidar com suas dificuldades emocionais ou comportamentais, é provável que continuem a apresentar atitudes disruptivas, dificultando sua própria aprendizagem e a dos outros. Além disso, a falta de interação social saudável pode agravar o distanciamento do aluno da escola e de suas atividades acadêmicas.

Esse afastamento da escola é uma das principais consequências observadas em jovens usuários de drogas, sendo o fenômeno da evasão escolar particularmente relevante neste contexto. Diversos estudos apontam que a evasão entre esses jovens está associada não apenas ao impacto direto do consumo de drogas nas suas habilidades cognitivas e comportamentais, mas também a fatores externos, como o estigma social relacionado ao uso de substâncias e a perda de vínculo afetivo com a escola. O estudo de Coelho (2010) destaca que, para muitos jovens, a falta de suporte pedagógico adequado e a ausência de um ambiente escolar acolhedor contribuem para a perda do interesse pela educação. A sensação de fracasso acadêmico, associada à falta de perspectiva, leva esses alunos a se afastarem ainda mais do processo educacional, muitas vezes buscando no consumo de drogas uma forma de lidar com as frustrações vivenciadas.

Além disso, autores como Lemos e Souza (2014) ressaltam que a ausência de uma rede de apoio pedagógico e emocional, tanto dentro da escola quanto no ambiente familiar, agrava o processo de exclusão educacional desses jovens. Quando o aluno não encontra na escola um espaço em que se sinta valorizado ou compreendido, sua desconexão com o ambiente escolar tende a se intensificar. O uso de substâncias psicoativas, nesse contexto, pode ser visto como uma tentativa de

resposta a essas dificuldades, gerando um ciclo de afastamento progressivo da escola.

A evasão escolar, portanto, não é apenas um reflexo das dificuldades comportamentais dos alunos, mas também da maneira como a escola lida com esses desafios. A relação entre o comportamento escolar, o consumo de substâncias e a evasão está interligada com fatores de ordem emocional, social e pedagógica. A desconexão dos estudantes com a escola é um fenômeno complexo, que envolve muito mais do que o desempenho acadêmico. Ela reflete uma série de fatores que vão desde o ambiente social e familiar até a forma como a escola reage e lida com as questões emocionais e comportamentais dos alunos. Nesse sentido, entender as razões que levam os estudantes a se afastarem da escola, seja por questões cognitivas, comportamentais ou afetivas, é essencial para compreender as dinâmicas de evasão escolar no contexto do uso de drogas.

2.3 INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS E APOIO PSICOSSOCIAL

A intervenção pedagógica no contexto de alunos usuários de drogas é uma questão essencial para minimizar os efeitos do consumo de substâncias psicoativas sobre o desempenho escolar e promover a reintegração desses estudantes no ambiente educacional. Quando esses alunos apresentam dificuldades emocionais e comportamentais devido ao uso de substâncias, a escola se vê desafiada a encontrar formas de lidar com a situação, garantindo a inclusão desses alunos e a manutenção da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Modelos de intervenção que priorizam uma abordagem interdisciplinar, envolvendo psicólogos, educadores e assistentes sociais, têm ganhado destaque na literatura pedagógica. Essas abordagens buscam trabalhar de maneira integrada, considerando não apenas as dificuldades acadêmicas, mas também os aspectos emocionais e sociais que afetam o aluno. O estudo de Freitas e Oliveira (2020) reforça a importância de programas que ofereçam suporte psicossocial contínuo aos alunos, destacando que a criação de um espaço seguro dentro da escola é fundamental para que o estudante possa lidar com suas dificuldades emocionais de maneira construtiva.

Porém, a efetividade desses programas depende de diversos fatores, como a forma como as intervenções são aplicadas e o grau de envolvimento da escola e dos

profissionais no acompanhamento dos alunos. A integração entre psicólogos, assistentes sociais e educadores é essencial para um tratamento eficaz, visto que a questão do uso de substâncias pode ter causas multifacetadas, que envolvem fatores individuais, familiares e sociais. No entanto, nem sempre a escola está preparada para oferecer esse suporte adequado. A falta de recursos e a formação insuficiente dos profissionais da educação podem comprometer a implementação de práticas pedagógicas que atendam de maneira eficaz as necessidades dos alunos.

Além disso, a literatura pedagógica destaca a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais como uma estratégia preventiva e interventiva eficaz. A teoria do aprendizado social de Bandura (1977) sustenta que o comportamento humano é influenciado pela observação das ações dos outros e pelas interações sociais. Quando aplicamos essa teoria ao contexto escolar, observamos que programas que promovem habilidades de resolução de conflitos, gestão emocional e tomada de decisão ajudam os alunos a lidar de maneira mais saudável com as adversidades. Isso se alinha com a proposta de programas de prevenção que, ao fortalecerem a autoeficácia do aluno, também diminuem a probabilidade de ele recorrer ao uso de substâncias como forma de enfrentamento. Contudo, esses programas devem ser vistos como um processo contínuo, integrado ao cotidiano escolar, e não como uma intervenção isolada.

A abordagem interdisciplinar não deve se limitar ao suporte psicológico e social, mas também envolver práticas pedagógicas que considerem as dificuldades cognitivas dos alunos. A necessidade de adaptações curriculares e de metodologias diferenciadas para esse público específico se torna ainda mais urgente quando se considera que o uso de substâncias psicoativas pode comprometer o desempenho acadêmico do estudante, como no caso da atenção, memória e capacidade de resolução de problemas. Diante disso, é necessário um trabalho conjunto entre professores, coordenadores pedagógicos e outros profissionais da escola, no sentido de criar um ambiente que favoreça a aprendizagem, independentemente das dificuldades que o aluno enfrenta fora do contexto escolar.

Ademais, a literatura sobre intervenção pedagógica enfatiza que o sucesso de programas de apoio psicossocial depende de um forte vínculo entre o aluno e a

escola. Quando os estudantes não se sentem parte da comunidade escolar, seja por questões emocionais ou acadêmicas, o risco de evasão escolar aumenta consideravelmente. Essa falta de pertencimento pode ser agravada pelo estigma associado ao uso de drogas, fazendo com que o aluno se sinta isolado e menos motivado a continuar seus estudos. O ambiente escolar, então, precisa ser não só um espaço de aprendizado cognitivo, mas também um lugar onde o aluno se sinta acolhido e compreendido, especialmente em um momento tão delicado de sua vida.

O desafio de implementar intervenções eficazes dentro da escola é, portanto, multifacetado e requer uma abordagem que vá além do aspecto cognitivo e acadêmico. É necessário considerar as questões emocionais e comportamentais dos alunos usuários de drogas de maneira holística, envolvendo uma rede de apoio contínuo e integrando diferentes saberes e práticas pedagógicas. Dessa forma, a escola pode se configurar como um espaço de aprendizado não só cognitivo, mas também emocional e social, onde os alunos são apoiados em sua jornada de superação das dificuldades que enfrentam no ambiente escolar e em suas vidas pessoais.

3. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO CONSUMO DE DROGAS

O consumo de drogas ilícitas por adolescentes está atrelado a uma série de fatores de risco que envolvem aspectos individuais, familiares, sociais e escolares. Esses fatores interagem entre si e contribuem para a vulnerabilidade dos jovens ao uso de substâncias psicoativas. A seguir, aprofundamos cada um desses fatores com uma fundamentação teórica detalhada, abordando a contribuição de diversas correntes pedagógicas e psicológicas para o entendimento desse fenômeno.

3.1 FATORES INDIVIDUAIS

Os fatores individuais são os primeiros a serem destacados quando se analisa a propensão de um adolescente ao uso de substâncias psicoativas. Durante a adolescência, o cérebro ainda está em processo de amadurecimento, especialmente nas áreas responsáveis pela tomada de decisões, controle de impulsos e planejamento a longo prazo. A teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1981)

ênfatiza que, nesta fase, os adolescentes estão em uma etapa de construção de seu raciocínio moral, o que os torna mais suscetíveis a agir de maneira impulsiva e a adotar comportamentos de risco, como o uso de drogas. Além disso, a impulsividade, característica típica dessa fase do desenvolvimento, é associada a uma maior probabilidade de comportamentos disruptivos e envolvimento com substâncias.

A teoria biopsicossocial de Engel (1977) propõe que a predisposição biológica, como uma possível hereditariedade para comportamentos impulsivos, pode ser combinada com fatores sociais e psicológicos, criando um contexto favorável ao consumo. Se um adolescente tem uma predisposição genética para dependência ou para comportamentos impulsivos, a chance de envolvimento com drogas aumenta, especialmente em ambientes onde essas substâncias estão presentes. Adicionalmente, transtornos emocionais como a depressão e a ansiedade são frequentemente correlacionados ao uso de substâncias como uma tentativa de automedicação. Os adolescentes que enfrentam problemas de autoestima, dificuldades de socialização ou questões relacionadas à identidade e aceitação tendem a buscar nas drogas uma forma de escapar da realidade ou de lidar com seus sentimentos de inadequação (Steinberg, 2005).

A teoria da aprendizagem social de Bandura (1977) também se destaca, sugerindo que os jovens aprendem comportamentos, incluindo o uso de drogas, através da observação e imitação dos outros. No contexto de um ambiente familiar ou social onde o uso de substâncias é normalizado, os adolescentes podem ser mais inclinados a reproduzir esses comportamentos. A aprendizagem social ênfatiza a ideia de que o comportamento não é apenas um reflexo de fatores internos, mas é moldado pela interação com o ambiente e pelas pessoas ao redor.

3.2 FATORES FAMILIARES

Os fatores familiares são um dos determinantes mais poderosos no consumo de drogas entre adolescentes. A teoria ecológica de Bronfenbrenner (1979) destaca a importância da família como o primeiro ambiente de socialização, onde o jovem internaliza normas, valores e comportamentos que vão orientar sua interação com o mundo. Um ambiente familiar desestruturado, caracterizado pela falta de apoio emocional, conflitos constantes ou pela presença de violência doméstica, aumenta a

vulnerabilidade do adolescente ao uso de substâncias. A falta de supervisão dos pais e a permissividade em relação ao consumo de drogas também são aspectos que contribuem para esse quadro. Estudos como os de Brière e Elliott (2002) indicam que adolescentes que vivem em famílias onde o uso de substâncias é comum ou tolerado têm maior probabilidade de se envolverem com drogas.

A ausência de comunicação saudável e de um modelo parental de apoio pode resultar em dificuldades emocionais no jovem, que pode recorrer às drogas como uma forma de lidar com os problemas de autoestima e insegurança. A teoria de attachment de Bowlby (1969) também é importante aqui, pois sugere que a qualidade do vínculo entre pais e filhos afeta diretamente o desenvolvimento emocional do adolescente. Quando esse vínculo é inseguro ou interrompido, o jovem pode se tornar mais vulnerável ao uso de substâncias como uma forma de buscar acolhimento emocional.

A presença de dependência química ou comportamentos problemáticos no contexto familiar também aumenta as chances de o adolescente replicar esses padrões, uma vez que a imitação e a aprendizagem social ocorrem não apenas entre pares, mas também entre os membros da família. Além disso, a falta de limites e de um sistema de apoio estruturado nas famílias pode gerar uma sensação de abandono e falta de direcionamento, o que muitas vezes é compensado pelo uso de substâncias.

3.3 FATORES SOCIAIS

No contexto social, a pressão dos pares (peer pressure) é um dos fatores mais influentes na decisão de um adolescente começar a usar drogas. A teoria do capital social de Bourdieu (1986) sugere que a interação social dentro de um determinado grupo de indivíduos pode determinar a adoção de comportamentos específicos. Quando o consumo de drogas é normalizado em um grupo de amigos ou na comunidade, os adolescentes tendem a ver esse comportamento como aceitável, aumentando a probabilidade de que se envolvam com substâncias psicoativas para se integrar ao grupo e obter aceitação.

A falta de modelos positivos e a marginalização social também são fatores que contribuem para o consumo de drogas. Quando o jovem não encontra alternativas saudáveis para se engajar socialmente, ele pode buscar refúgio em comportamentos

de risco. A teoria da anomia de Durkheim (1897) é útil para entender como a falta de normas e a sensação de desconexão social levam os adolescentes a adotar comportamentos desviantes, como o uso de drogas. Em ambientes sociais onde há exclusão, pobreza e violência, os jovens podem se sentir impotentes ou desesperançosos, e as drogas se tornam uma válvula de escape para essas tensões.

Além disso, o ambiente urbano e as condições socioeconômicas precárias também influenciam o consumo de drogas. Em comunidades com altos índices de violência e pobreza, os adolescentes têm maior acesso a substâncias ilícitas e vivem em uma cultura de normalização do uso de drogas. Esses fatores contextuais são abordados pela teoria da normalização de Foucault (1975), que propõe que comportamentos desviantes, como o consumo de substâncias, se tornam parte da rotina social quando não são efetivamente desafiados ou questionados pela comunidade. A exposição constante ao uso de drogas e a falta de oportunidades de lazer e de ocupação contribuem para a adesão desses jovens ao consumo.

3.4 FATORES ESCOLARES

O ambiente escolar tem um papel fundamental na prevenção ou na promoção do consumo de drogas. A escola é o primeiro local onde os jovens se encontram com normas sociais e regras de convivência que, idealmente, devem contribuir para a formação do comportamento e da identidade. No entanto, se o ambiente escolar for desorganizado, desmotivador ou marcado pela exclusão social, os adolescentes podem buscar alternativas no uso de drogas como uma forma de lidar com a frustração. A teoria de Vygotsky (1978) sobre o desenvolvimento social e cognitivo destaca a importância do ambiente de aprendizagem no desenvolvimento das capacidades cognitivas e sociais dos estudantes. Quando a escola oferece um espaço de aprendizado engajador, com apoio pedagógico adequado e práticas inclusivas, o adolescente tem mais chances de desenvolver habilidades emocionais e cognitivas necessárias para resistir a comportamentos de risco.

O bullying, a falta de suporte pedagógico adequado e a pressão para se encaixar socialmente são fatores que aumentam o risco de consumo de drogas. A teoria da motivação de Deci e Ryan (1985), sobre a autodeterminação, sugere que quando a escola não consegue atender às necessidades emocionais e psicológicas

do aluno, este se torna desmotivado e mais suscetível a buscar gratificação em comportamentos de risco. A falta de identificação com a escola e a dificuldade em acompanhar o conteúdo acadêmico são aspectos que geram uma sensação de fracasso e desconexão, levando o adolescente a se afastar da escola e a buscar compensações externas, como o uso de drogas.

A falta de programas de prevenção eficazes, que integrem a promoção da saúde mental e do bem-estar emocional, também contribui para o aumento do consumo de substâncias. Nesse sentido, a implementação de práticas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais pode reduzir significativamente a propensão ao uso de drogas, pois oferece ao aluno estratégias alternativas para lidar com situações adversas.

Esses fatores mostram que o consumo de drogas entre adolescentes no ambiente escolar não é resultado de uma única causa, mas sim de uma série de fatores interligados que envolvem o contexto pessoal, familiar, social e educacional. Ao entender essa complexidade, é possível traçar intervenções mais eficazes para prevenir o uso de drogas e promover ambientes mais seguros e inclusivos para os estudantes.

4. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO

A escola desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também no que se refere ao desenvolvimento emocional, social e comportamental. Nesse contexto, a prevenção ao uso de substâncias psicoativas deve ser entendida como uma parte integral da missão educativa da escola. No entanto, o papel da escola como espaço de prevenção vai muito além da simples implementação de programas de conscientização sobre os riscos das drogas. A verdadeira prevenção ocorre quando a escola se torna um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades emocionais e sociais, fortalecendo a capacidade dos estudantes de lidar com as pressões da vida de forma construtiva e saudável. A literatura pedagógica corrobora a ideia de que a educação preventiva deve ser uma prática contínua, não pontual, e deve envolver todos os aspectos do ambiente escolar, desde a metodologia de ensino até as relações interpessoais.

Em relação à prevenção de drogas, o ambiente escolar tem o potencial de ser um fator protetor se for um espaço inclusivo, de acolhimento e de suporte contínuo. Ao trabalhar questões como respeito, empatia, habilidades de resolução de conflitos, autoestima e autocontrole, a escola pode prevenir os comportamentos de risco que frequentemente levam os estudantes ao consumo de substâncias. A psicologia social, por exemplo, fornece subsídios para entender como as relações interpessoais e a influência do grupo podem afetar a tomada de decisão dos jovens. De acordo com o conceito de "normas sociais", elaborado por Cialdini (2001), o comportamento de um indivíduo é amplamente influenciado pelas normas do grupo em que ele está inserido. Assim, a escola pode criar uma "norma social" positiva em que o comportamento saudável é promovido e valorizado, oferecendo modelos de comportamento positivo que os alunos possam seguir. Essa abordagem vai além de educar sobre os riscos das drogas, mas envolve o fortalecimento do grupo social dentro da escola, criando uma cultura de apoio mútuo e colaboração, na qual os alunos se sentem responsáveis uns pelos outros.

No entanto, o espaço escolar não deve ser apenas o local onde as informações sobre os efeitos das drogas são transmitidas, mas onde se promove o desenvolvimento das chamadas "habilidades de vida". Essas habilidades envolvem competências sociais, emocionais e cognitivas que são essenciais para que os estudantes possam enfrentar as adversidades de forma saudável, sem recorrer a estratégias destrutivas, como o uso de substâncias. O trabalho de Goleman (1995) sobre inteligência emocional se alinha perfeitamente a esse objetivo, pois enfatiza que o domínio das emoções e a capacidade de se autorregular são habilidades essenciais para a resiliência e a adaptação social. A educação emocional nas escolas, portanto, torna-se um dos maiores instrumentos de prevenção ao consumo de drogas. Ensinar os alunos a reconhecer e expressar suas emoções, bem como a lidar com a frustração e o estresse, pode ajudá-los a evitar o uso de substâncias como uma maneira de lidar com os sentimentos negativos ou situações desafiadoras.

A abordagem pedagógica baseada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais é um ponto-chave na construção de um espaço de prevenção na escola. Programas que estimulam a tomada de decisão consciente, o autocuidado e a resolução de conflitos têm um impacto positivo na prevenção ao consumo de

substâncias, pois contribuem para o fortalecimento da autoestima e da confiança dos estudantes em suas próprias habilidades. Esses programas podem ser baseados na teoria de Bandura (1977), sobre aprendizagem social, na qual a interação com outros indivíduos e o aprendizado por observação têm um papel central no processo de desenvolvimento. Assim, ao criar atividades que envolvam a reflexão sobre as escolhas pessoais e as consequências dessas escolhas, a escola está oferecendo aos alunos ferramentas práticas para resistirem à pressão dos pares e ao desejo de experimentar substâncias.

Outro aspecto essencial na atuação da escola como espaço de prevenção é a criação de um ambiente escolar que favoreça a conexão e a identificação dos alunos com a instituição e seus membros. A teoria da autodeterminação de Deci e Ryan (1985) destaca que os indivíduos têm necessidades psicológicas fundamentais de autonomia, competência e pertencimento, e que, quando essas necessidades são atendidas, eles tendem a se engajar de forma mais positiva e saudável nas atividades de seu ambiente. Na prática escolar, isso significa que os alunos devem sentir que são parte de uma comunidade que os valoriza, que têm voz nas decisões que afetam sua aprendizagem e que suas contribuições são reconhecidas. Quando esses fatores estão presentes, o aluno se sente mais motivado a manter um comportamento saudável e a evitar o uso de drogas.

Um aspecto importante a ser considerado é a capacitação dos educadores para que possam identificar sinais de risco e agir preventivamente. A formação de professores e outros profissionais da educação para que possam atuar de forma eficaz na prevenção ao uso de drogas é fundamental. Isso envolve o treinamento em habilidades de escuta ativa, a criação de um ambiente de confiança, a abordagem de temas delicados de forma sensível e a identificação precoce de sinais de que o aluno pode estar em risco. A formação contínua dos educadores, além de promover o conhecimento técnico sobre o uso de substâncias, também deve incluir o desenvolvimento de competências emocionais que possibilitem uma abordagem mais empática e acolhedora no trato com os alunos.

A construção de um ambiente escolar que funcione como fator protetor contra o uso de drogas envolve um esforço coletivo. É preciso integrar a comunidade escolar

como um todo – gestores, professores, funcionários e pais – no desenvolvimento de uma cultura de prevenção. A teoria ecológica de Bronfenbrenner (1979) é útil para compreender a necessidade de uma abordagem holística nesse processo, onde o ambiente escolar está inserido em uma rede de apoio que inclui a família e a comunidade. A atuação da escola, portanto, não deve ser vista isoladamente, mas como parte de um sistema maior de suporte ao aluno. Essa rede de apoio deve ser capaz de fornecer um suporte constante para o desenvolvimento emocional e acadêmico dos alunos, promovendo a educação em valores, a construção da identidade e a formação de atitudes responsáveis e positivas.

Por fim, a escola precisa reconhecer a diversidade de contextos e realidades vividas pelos alunos, uma vez que a vulnerabilidade ao uso de drogas pode estar diretamente relacionada a fatores externos, como o contexto socioeconômico, a falta de apoio familiar ou a exposição à violência. Portanto, a construção de uma escola preventiva deve levar em consideração as especificidades dos alunos, oferecendo abordagens individualizadas e sensíveis às suas realidades. Isso inclui estratégias pedagógicas inclusivas e diferenciadas, capazes de atender à diversidade de necessidades e contextos dos estudantes, sem discriminação ou marginalização.

Ao combinar o trabalho de prevenção com a promoção de habilidades socioemocionais e a construção de um ambiente inclusivo e acolhedor, a escola se torna um espaço poderoso na luta contra o uso de drogas. Além de ensinar conteúdos acadêmicos, a escola se estabelece como um fator de proteção, oferecendo aos alunos as condições necessárias para o seu desenvolvimento pleno, tanto no campo cognitivo quanto emocional, garantindo que eles possam fazer escolhas mais saudáveis e conscientes ao longo de suas vidas.

5. PRINCIPAIS DROGAS CONSUMIDAS POR ADOLESCENTES: PREVALÊNCIA E TENDÊNCIAS

Os dados sobre o consumo de drogas ilícitas entre adolescentes no Brasil revelam um panorama preocupante, mas ainda existe uma lacuna significativa na literatura sobre a prevalência desse consumo especificamente entre os alunos do Ensino Fundamental II, especialmente em relação ao impacto educacional. O Ensino Fundamental II engloba a faixa etária de 11 a 14 anos, período crítico em que se

observa uma crescente exposição de jovens ao consumo de substâncias psicoativas. No entanto, estudos que focam especificamente neste segmento, especialmente com o recorte de dados que levam em consideração as particularidades do contexto escolar brasileiro, são escassos. Muitos estudos generalizam ou se concentram em adolescentes mais velhos ou em contextos urbanos, deixando de lado a análise detalhada sobre os estudantes do Ensino Fundamental II, que enfrentam as primeiras dificuldades de adaptação no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, são mais vulneráveis ao consumo de substâncias devido às influências externas e internas.

Porém, é importante destacar que essa lacuna de dados sobre o Ensino Fundamental II é uma área que necessita de mais atenção da pesquisa acadêmica. Embora a pesquisa sobre adolescentes mais velhos seja mais abundante, os alunos do Ensino Fundamental II enfrentam desafios específicos que podem facilitar o envolvimento com drogas, como a transição entre a infância e a adolescência, o aumento das pressões sociais, a busca por identidade e a maior exposição a contextos de risco. A falta de informações específicas sobre esse segmento etário dificulta a implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes, direcionadas a esse público. Sendo que nessa faixa etária demanda mais atenção tanto da escola quanto da sociedade, já que é nesse momento que se inicia a formação de hábitos, atitudes e a construção de estratégias de enfrentamento de adversidades.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem sido uma das principais fontes de dados sobre o consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes no Brasil. A pesquisa de 2015, com aproximadamente 7.000 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de diversas regiões do Brasil, revelou dados alarmantes sobre o consumo de drogas entre os adolescentes. De acordo com essa pesquisa, 80% dos estudantes já consumiram alguma substância psicoativa, incluindo álcool, tabaco e drogas ilícitas. No entanto, a pesquisa focou principalmente no consumo entre adolescentes de 13 a 15 anos, sem segmentar especificamente o Ensino Fundamental II, o que representa uma lacuna importante para a compreensão das particularidades dessa faixa etária.

Dentro desse contexto, a PeNSE 2015 categorizou os estudantes em grupos de acordo com o uso de substâncias: o grupo de abstencionistas, composto por aqueles que nunca consumiram substâncias, representou apenas 18% da amostra. O grupo de experimentadores de álcool (26%) consumiu apenas álcool, enquanto o grupo de usuários de drogas convencionais (28%) consumiu álcool e tabaco ou álcool e maconha. Já o grupo de usuários de múltiplas substâncias (23%) incluiu estudantes que consumiram álcool, tabaco e maconha, e o grupo de usuários de drogas pesadas (5%) compreendeu os alunos que usaram álcool, tabaco, maconha e crack.

No entanto, a PeNSE 2019, que ampliou a amostra para incluir estudantes do 7º ano ao 3º ano do Ensino Médio, forneceu uma visão mais detalhada sobre o consumo de drogas entre os jovens. Embora a pesquisa tenha mostrado uma tendência crescente no uso de substâncias, ainda não há uma segmentação clara para o Ensino Fundamental II, que compreende alunos do 6º ao 8º ano, com idades entre 11 e 14 anos. Isso representa uma lacuna significativa, já que o uso de substâncias pode começar nessa fase mais precoce da adolescência, um período crucial para o desenvolvimento psicossocial dos estudantes.

Esse vazio informativo sobre o Ensino Fundamental II, especificamente entre os alunos de 11 a 12 anos, dificulta o entendimento sobre o impacto do consumo de drogas nesta faixa etária e impede que políticas públicas de prevenção e suporte sejam direcionadas de forma eficaz para essa fase. A adolescência inicial é um período em que os jovens passam por mudanças físicas, emocionais e cognitivas intensas, tornando-os particularmente vulneráveis ao uso de substâncias. Compreender como esses fatores influenciam o comportamento de consumo de drogas é essencial para o desenvolvimento de intervenções adequadas.

É importante destacar que, embora os dados do IBGE sejam cruciais para entender o cenário geral do consumo de drogas no Brasil, a falta de segmentação específica sobre o Ensino Fundamental II nas duas edições da PeNSE limita o diagnóstico preciso da realidade enfrentada por esses estudantes nas escolas. A ausência dessa segmentação impede a formulação de estratégias de prevenção mais focadas e adequadas às necessidades do Ensino Fundamental II, uma fase educacional que exige uma abordagem diferenciada.

Além disso, conforme os dados coletados pela PeNSE, o álcool é a substância mais consumida entre os jovens, com mais de 50% dos adolescentes relatando já terem experimentado a substância. Segue-se a maconha, com 18% dos adolescentes afirmando já terem feito uso. A cocaína e o crack, embora menos prevalentes, ainda são consumidos por uma parcela considerável da população jovem, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

Embora os dados da PeNSE 2019 ajudem a compreender o panorama geral do consumo de substâncias entre os adolescentes, a falta de segmentação e de uma pesquisa aprofundada sobre o consumo no Ensino Fundamental II sublinha a necessidade urgente de mais estudos específicos sobre essa faixa etária. Para uma compreensão completa do consumo de drogas na adolescência, é imprescindível que futuras pesquisas aprofundem as informações sobre o uso de substâncias entre os estudantes do 6º ao 9º ano, incluindo dados sobre as substâncias mais consumidas, fatores de risco, e as consequências desse comportamento na saúde e no desempenho escolar.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PREVENTIVAS

É imprescindível que as políticas públicas voltadas para a prevenção do consumo de drogas entre adolescentes no Brasil sejam fundamentadas em uma visão interdisciplinar, que envolva profissionais de diversas áreas, como educação, saúde, psicologia e assistência social. A implementação de medidas preventivas eficazes passa pela articulação dessas diferentes áreas, criando um suporte robusto e contínuo para os jovens que possam estar em risco. Tais políticas precisam ser integradas e sustentáveis, com ênfase não apenas na repressão ao uso de substâncias, mas, principalmente, na educação preventiva e na formação de uma cultura escolar inclusiva, que possa atender às necessidades dos estudantes, proporcionando-lhes recursos para lidar com suas dificuldades emocionais e sociais.

Além da capacitação dos educadores, as políticas públicas devem também investir em programas de conscientização que promovam o autocuidado, a autoestima e a saúde mental. A teoria da prevenção primária, que foca em evitar que o consumo de drogas aconteça, deve ser aplicada de maneira mais assertiva, com programas de sensibilização nas escolas que envolvam os próprios alunos,

incentivando-os a compartilhar suas experiências e preocupações em relação ao consumo de substâncias. Criar um ambiente educacional que favoreça a comunicação aberta sobre os problemas emocionais e sociais dos alunos é essencial para garantir que eles se sintam acolhidos e menos propensos a recorrer ao uso de drogas como uma forma de lidar com suas dificuldades.

Em termos de políticas públicas, o Brasil tem avançado com iniciativas, mas ainda enfrenta desafios significativos, como a necessidade de maior articulação entre os diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) e a escassez de recursos destinados à implementação dessas políticas. O Programa Nacional de Combate ao Uso de Drogas nas Escolas, por exemplo, visa a implementação de ações de prevenção e suporte dentro do ambiente escolar, mas, como aponta Carvalho (2015), as ações têm sido fragmentadas e carecem de maior abrangência. A falta de uniformidade na aplicação de políticas públicas em todo o território nacional cria desigualdades no acesso a programas preventivos, o que agrava o problema, principalmente em áreas mais vulneráveis, onde os índices de consumo de drogas são mais elevados.

Ademais, as políticas públicas precisam ser adaptadas às especificidades de cada região e contexto escolar. O Brasil é um país de dimensões continentais, com realidades educacionais e sociais muito diversas, o que exige uma abordagem mais flexível e personalizada para cada realidade. A aplicação de estratégias de prevenção deve considerar as características culturais, socioeconômicas e psicológicas dos adolescentes em diferentes regiões, para que os programas não sejam apenas generalistas, mas realmente atendam às necessidades dos estudantes. Um exemplo disso pode ser visto em iniciativas como o "Programa Saúde na Escola" (PSE), que tem como objetivo integrar as ações de saúde e educação, oferecendo atendimento psicossocial e realizando campanhas educativas sobre saúde mental e consumo de substâncias psicoativas, mas sua implementação ainda precisa de ampliação e maior profundidade em termos de recursos humanos e materiais.

Ainda no campo das medidas preventivas, a escola deve ser mais do que um ambiente de aprendizado acadêmico. Ela deve ser um espaço formativo e de suporte emocional contínuo. A proposta de promover um ambiente escolar positivo, inclusivo e

acolhedor, onde o desenvolvimento pessoal e social seja incentivado, é de suma importância. A educação socioemocional, que fortalece habilidades como empatia, autocontrole, capacidade de resolução de conflitos e tomada de decisões, tem se mostrado uma ferramenta fundamental na prevenção do consumo de drogas. Segundo o estudo de Goleman (2006), a inteligência emocional desempenha um papel crucial no bem-estar psicológico dos indivíduos, e programas que promovem esse tipo de aprendizado têm o potencial de reduzir a vulnerabilidade dos jovens ao consumo de substâncias.

Uma das estratégias mais eficazes, conforme a pesquisa de Zoccoloti e Casagrande (2017), está no fortalecimento da rede de apoio psicossocial nas escolas. Isso envolve não apenas a presença de psicólogos e assistentes sociais, mas também a criação de grupos de apoio entre os estudantes, promovendo o senso de pertencimento e comunidade, o que reduz a sensação de isolamento e marginalização. Grupos de apoio, atividades extracurriculares e o incentivo à participação dos jovens em projetos sociais têm o poder de fortalecer os laços sociais e aumentar o sentimento de responsabilidade e engajamento dos alunos com o ambiente escolar.

Em termos de políticas públicas voltadas à saúde, é importante destacar o papel da saúde mental no combate ao uso de drogas. A escassez de recursos destinados ao atendimento psicológico adequado nas escolas é uma das barreiras para a implementação eficaz de políticas preventivas. Para que os programas preventivos possam ter sucesso, é necessário que haja um esforço integrado entre a educação, a saúde e a assistência social, criando um ambiente escolar que possibilite aos alunos o desenvolvimento saudável de suas habilidades cognitivas e emocionais, protegendo-os dos riscos do consumo de substâncias.

Para que as políticas públicas de prevenção do uso de drogas possam ser eficazes, é preciso também superar os desafios impostos pela estigmatização e discriminação dos jovens que já estão envolvidos com o consumo de substâncias. A marginalização desses estudantes pode afastá-los ainda mais do ambiente escolar, dificultando a reintegração e o acompanhamento. Assim, as políticas públicas devem incluir também estratégias de reintegração e apoio, reconhecendo que a mudança de

comportamento não é apenas uma questão de punição ou controle, mas um processo gradual que exige acolhimento, compreensão e apoio contínuo.

Essas estratégias supostamente voltadas à prevenção do consumo de drogas devem ser pensadas de forma lógica, integrada e adaptada à realidade local. Devem focar não apenas na prevenção, mas também no suporte psicossocial contínuo, envolvendo toda a comunidade escolar e a rede de apoio psicossocial. O investimento em capacitação dos educadores, na promoção de habilidades socioemocionais e no fortalecimento das redes de apoio familiar e comunitária é fundamental para garantir que os estudantes possam ser apoiados em suas dificuldades e superem os desafios do uso de substâncias psicoativas. A escola deve ser um local seguro, inclusivo e acolhedor, onde os jovens possam encontrar apoio e orientação, não apenas para o aprendizado acadêmico, mas também para seu desenvolvimento emocional e social.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de substâncias psicoativas entre adolescentes no Brasil, especialmente no contexto escolar, é um fenômeno que exige uma abordagem multidisciplinar e urgente. Este estudo buscou analisar as relações entre o consumo de drogas e os impactos no desempenho acadêmico, no comportamento escolar e, em alguns casos, na evasão escolar. O consumo de substâncias psicoativas entre os jovens compromete gravemente não só sua saúde mental e física, mas também seu desenvolvimento educacional e social.

Os efeitos das drogas no comportamento escolar são claros. O uso de substâncias afeta diretamente funções cognitivas essenciais para a aprendizagem, como memória, atenção e capacidade de resolução de problemas. As pesquisas de Skinner (1974) sobre o comportamento desajustado e a teoria das funções executivas de Diamond (2013) ajudam a compreender como a organização do pensamento, controle de impulsos e tomada de decisões são prejudicados pelo consumo de drogas. Como resultado, o desempenho acadêmico dos estudantes fica comprometido, afetando o desenvolvimento das habilidades necessárias para o sucesso escolar e a construção do futuro.

Além disso, o uso de substâncias pode afetar o comportamento dos estudantes, gerando dificuldades nas interações sociais e nos relacionamentos com os educadores e colegas. Muitos alunos, ao enfrentarem esses obstáculos, podem se sentir isolados e estigmatizados, o que, em alguns casos, pode culminar na evasão escolar. Embora o tema da evasão tenha sido amplamente abordado na literatura, é importante ressaltar que as questões cognitivas e comportamentais causadas pelo uso de drogas contribuem para esse fenômeno, como mostram estudos de Lemos e Souza (2014) e Coelho (2010). Contudo, a evasão não é um fator isolado e, frequentemente, reflete uma série de dificuldades emocionais, sociais e acadêmicas.

No que diz respeito às intervenções pedagógicas, a literatura sugere que uma abordagem psicossocial, integrada à prática educacional, é essencial para apoiar alunos em risco. A teoria de Bandura (1977), com seu foco no aprendizado social e na autoeficácia, destaca como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais pode ser crucial para ajudar os jovens a resistir à pressão do consumo de substâncias. Programas de prevenção que envolvem habilidades de resolução de conflitos, gestão emocional e tomada de decisões podem reduzir o envolvimento dos adolescentes com drogas. Além disso, a atuação de uma rede de apoio psicossocial, composta por educadores, psicólogos e assistentes sociais, pode proporcionar o suporte necessário para que os alunos superem suas dificuldades e consigam permanecer no ambiente escolar, com um desempenho mais satisfatório.

As políticas públicas de prevenção, portanto, precisam ser integradas, com foco não apenas no controle do consumo de substâncias, mas também na promoção da saúde mental, bem-estar e educação integral dos jovens. A escola deve ser um espaço de acolhimento, onde os estudantes possam aprender não só conteúdo acadêmico, mas também habilidades de vida que os ajudem a enfrentar os desafios dessa fase da vida. A promoção de um ambiente escolar seguro, inclusivo e que ofereça suporte contínuo aos alunos é essencial para reduzir os impactos negativos do consumo de substâncias, ajudando a fortalecer a resiliência dos jovens.

No Brasil, conforme dados do IBGE (2019), cerca de 9,4% dos jovens de 12 a 17 anos já fizeram uso de alguma substância ilícita, com a maconha sendo a droga mais consumida, seguida pelo uso do álcool e outras substâncias. Esses dados

revelam uma realidade alarmante, principalmente para o Ensino Fundamental II, fase de formação de muitos jovens que ainda estão no processo de socialização e aprendizagem acadêmica. A pesquisa também aponta que o consumo de substâncias como a maconha foi de 8,7% entre os adolescentes, sendo a mais consumida nesse grupo etário.

Em comparação, dados de 2015, também do IBGE, mostram que o consumo de drogas ilícitas era um pouco menor, com 7,4% dos adolescentes de 12 a 17 anos declarando ter experimentado alguma substância psicoativa. A maconha continuava a ser a droga mais utilizada, mas o aumento no consumo de substâncias ilícitas entre 2015 e 2019 reflete uma tendência preocupante no comportamento dos jovens brasileiros. Esse crescimento pode ser interpretado como um indicativo de que, apesar das políticas de prevenção, o uso de drogas continua a ser um desafio crescente, especialmente entre os estudantes.

Esses dados revelam uma realidade alarmante, principalmente no contexto do Ensino Fundamental II, onde a faixa etária dos alunos abrange a faixa etária de 12 a 17 anos, e é exatamente nesse período que os jovens estão se formando social e academicamente. A falta de dados específicos sobre esse grupo etário, no entanto, cria uma lacuna importante nas políticas públicas voltadas para esse público. A escassez de estudos focados exclusivamente no Ensino Fundamental II prejudica a formulação de intervenções precisas que atendam de forma eficaz a essa faixa etária, evidenciando a necessidade de mais pesquisas que explorem a relação entre o consumo de drogas e o desempenho acadêmico nesse nível educacional.

Em síntese, é fundamental que as políticas públicas voltadas à prevenção do uso de substâncias psicoativas entre adolescentes se concentrem na integração de diversas abordagens, com o objetivo de fortalecer as competências socioemocionais dos jovens, oferecer suporte psicológico e pedagógico contínuo e criar um ambiente escolar acolhedor. A colaboração entre escolas, famílias e comunidades é essencial para garantir que os jovens recebam o apoio necessário para superar os desafios e alcançar seu máximo potencial. A escola, portanto, deve ser vista não apenas como um espaço de ensino, mas como um lugar de suporte integral, onde os alunos possam

se desenvolver de maneira saudável e resistente, prevenindo o uso de drogas e promovendo um futuro mais promissor.

REFERÊNCIAS

BANDURA, A. Social learning theory. New York: **General Learning Press**, 1977.

BAVA, S.; TAPERT, S. F. Desenvolvimento cerebral na adolescência e o risco para problemas com álcool e outras drogas. **Neuropsychological Review**, v. 20, n. 4, p. 398-413, 2010.

BECHARA, A. Tomada de decisão, controle de impulsos e perda de força de vontade na dependência. **Current Directions in Psychological Science**, v. 14, n. 5, p. 185-189, 2005.

BOWLBY, J. Attachment and loss: Volume 1: **Attachment**. New York: **Basic Books**, 1969.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos pela natureza e pelo design. **Harvard University Press**, 1979.

CARDOSO, M.; MALBERGIER, A. Uso de drogas e suas consequências na aprendizagem escolar. **Revista Brasileira de Psicologia Educacional**, v. 32, n. 1, p. 13-28, 2014.

COELHO, R. A evasão escolar no Brasil: causas e consequências. Rio de Janeiro: **Editora da UFRJ**, 2010.

COELHO, Vera Lúcia. A evasão escolar entre jovens usuários de drogas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 31-48, 2010.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. The general causality orientations scale: self-determination in personality. **Journal of Research in Personality**, v. 19, n. 2, p. 109-134, 1985.

_____. O "o quê" e "o porquê" das metas: necessidades humanas e a autodeterminação do comportamento. **Psychological Inquiry**, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.

DIAMOND, A. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, v. 64, p. 135-168, 2013.

ENGEL, G. L. The biopsychosocial model and the need for a new clinical education. **Academic Medicine**, v. 52, p. 485-492, 1977.

FOUCAULT, M. Discipline and punish: the birth of the prison. New York: **Pantheon Books**, 1975.

FREITAS, A. C.; OLIVEIRA, M. A. A importância da prevenção e do apoio psicossocial nas escolas para o desempenho escolar de alunos usuários de drogas. **Revista Brasileira de Psicologia Educacional**, v. 32, p. 215-230, 2020.

FREITAS, R.; OLIVEIRA, F. Intervenções pedagógicas e apoio psicossocial para alunos usuários de drogas. **Revista Brasileira de Psicologia Educacional**, v. 25, n. 2, p. 42-56, 2020.

GOLEMAN, D. Emotional intelligence: why it can matter more than IQ. New York: **Bantam Books**, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2019.

KARPOV, Y. V. Teoria da psicologia do desenvolvimento: concepções e aplicações no contexto educacional. São Paulo: **Editora Atlas**, 2010.

KOHLBERG, L. Essays on moral development: Vol. 1. **The philosophy of moral development**. San Francisco: **Harper & Row**, 1981.

KOLB, D. A. Experiential learning: experience as the source of learning and development. New Jersey: **Prentice-Hall**, 1984.

LEMONS, M.; SOUZA, A. Evasão escolar no Brasil: causas, efeitos e políticas de prevenção. São Paulo: **Cortez Editora**, 2014.

LEMONS, R. A.; SOUZA, A. L. Evasão escolar: causas e consequências. **Revista de Psicologia da Educação**, v. 19, n. 3, p. 111-122, 2014.

OLWEUS, D. Bullying at school: what we know and what we can do. Oxford: **Blackwell**, 1993.

SKINNER, B. F. Comportamento e aprendizado. São Paulo: **Editora Cultrix**, 1974.

STEINBERG, L. Adolescence. 7. ed. Boston: **McGraw-Hill**, 2005.

SULLIVAN, A. L. Uso de substâncias e desempenho acadêmico: uma revisão meta-analítica. **Psychology of Addictive Behaviors**, v. 32, n. 1, p. 1-17, 2018.

VYGOTSKY, L. S. Mind in society: the development of higher psychological processes. Cambridge: **Harvard University Press**, 1978.

VYGOTSKY, L. S. As obras completas de L. S. Vygotsky: Vol. 5. **Psicologia infantil**. 1. ed. R. W. Rieber; A. S. Carton (Orgs.). **Springer Science & Business Media**, 1998.

ZHANG, Y.; et al. Efeitos da maconha na função cognitiva: uma revisão crítica da literatura. **Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology**, v. 38, n. 7, p. 659-678, 2016.